

ACTA Nº02/2006

ACTA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OURÉM, EM SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA A VINTE E OITO DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E SEIS. -----

-----Aos vinte e oito dias do mês de Abril, do ano de dois mil e seis, pelas dezassete horas, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Ourém, no Cine-Teatro Municipal de Ourém, convocada nos termos do número um do artigo quadragésimo nono e pela alínea b) do artigo quinquagésimo quarto da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, conforme anúncio público afixado por **Edital, de 18 de Abril do ano de dois mil e seis**, com a seguinte:-----

-----**ORDEM DE TRABALHOS:** -----

-----**01 - Período de "ANTES DA ORDEM DO DIA"** – (grelha A) -----

-----**01.01** – Apreciação e votação da acta nº01/2006, referente à sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada em 2006.02.17; -----

-----**01.02** – Leitura resumida do expediente; -----

-----**01.03** – Actividade Municipal – Apreciação de uma informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do nº1 do art.º53º da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

-----**01.04** – Intervenções de interesse local ou declarações políticas gerais. -----

-----**02- ORDEM DO DIA** -----

-----**02.01** – Apreciação e votação do «*Relatório de Gestão e Prestação de Contas do Município referentes ao ano económico de 2005*», nos termos do disposto na alínea c), do n.º2, do art.º53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro – (grelha B); -----

-----**02.02** – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal relativa à «*alteração ao Quadro de Pessoal da Câmara Municipal*», nos termos da alínea o), do n.º2, do art.º 53º, da

Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro – (grelha A); -----

-----**02.03** – Apreciação e votação do pedido de autorização da Câmara Municipal para proceder à «doação do terreno do loteamento da Dr.ª Branca – Maxiais, Vale – Nossa senhora da Piedade ao Jardim Infantil de Ourém», nos termos da alínea i), do n.º2, do art.º53º, da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro – (grelha A); -----

-----**02.04** – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal relativa à «alteração dos Estatutos da SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana de Cova da Iria, E.M. – (grelha A); -

-----**02.05** – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal relativa ao «programa financeiro de apoio à beneficiação do Mercado de Fátima» – (grelha A); -----

-----**02.06** – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal relativa à emissão de «declaração de interesse público municipal do projecto de beneficiação dos regadios tradicionais na Ribeira do Olival – 5ª Fase (Várzea do Olival – Ourém» – (grelha A); -----

-----**02.07** – Tomada de conhecimento do «Relatório de Gestão e Contas de 2005, da MECIAGOLFE – Empreendimentos Turísticos, S.A.», nos termos da alínea d), do n.º1, do art.º53º, da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro – (grelha A); -----

-----**02.08** – Tomada de conhecimento do «Relatório de Gestão e Contas de 2005, da SIMLIS – Saneamento Integrado dos Municípios do Lis, S.A.», nos termos da alínea d), do n.º1, do art.º53º, da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro – (grelha A); -----

-----**02.09** – Tomada de conhecimento do «Relatório e Contas de 2005, da VALORLIS – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.», nos termos da alínea d), do n.º1, do art.º53º, da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro – (grelha A); -----

-----**02.10** – Tomada de conhecimento do «Relatório e Contas de 2005, da TAGUSGÁS – Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A.», nos termos da alínea d), do n.º1, do art.º53º, da Lei

n.º169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro – (grelha A); -----

-----**02.11** – Tomada de conhecimento do «*Relatório de Gestão e Contas de 2005, da RIBACARNE – Matadouro Regional do Ribatejo Norte, S.A.*», nos termos da alínea d), do n.º1, do art.º53º, da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro – (grelha A). -----

-----**ORDEM DE TRABALHOS (ADITAMENTO):** -----

-----**02- ORDEM DO DIA** -----

-----**02.12** – Tomada de conhecimento do «*Relatório e Contas de 2005 da AMBIOURÉM – Gestão e Manutenção de Espaços Verdes e Inserção, E.M.*», nos termos da alínea c), do n.º1, do art.º53º, da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro – (grelha A); -----

-----**02.13** – Tomada de conhecimento do «*Relatório e Contas de 2005 da VEROURÉM – Empresa Municipal de Comunicação, E.M.*», nos termos da alínea c), do n.º1, do art.º53º, da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro – (grelha A); -----

-----**02.14** – Período de intervenção aberto ao público. -----

-----Feita a chamada, verificou-se a presença dos membros da Assembleia Municipal, senhores:-----

-----Albino dos Reis Oliveira; -----

-----Ana Maria Pio da Costa Abreu de Sousa e Silva; -----

-----Ângela Maria Gaspar da Silva Pereira Marques; -----

-----António Marques das Neves; -----

-----António Ribeiro Gameiro; -----

-----Avelino da Conceição Subtil;-----

-----Constantino da Graça Lopes; -----

-----Deolinda de Jesus Lopes Simões; -----

-----Elias Dias da Silva; -----

- Filipe de Jesus Janeiro;-----
- Francisco António Dias Vieira; -----
- Humberto Luís Ferraz Antunes; -----
- Joana Luísa Abreu de Figueiredo;-----
- João Carlos Gameiro Rodrigues; -----
- Joaquim dos Reis Gonçalves. -----
- José Augusto Dias dos Reis; -----
- José Custódio Ribeiro Faria;-----
- José da Silva Pereira; -----
- José Ferreira Vieira;-----
- José Maria Henriques de Sousa; -----
- Luís de Sousa e Silva; -----
- Manuel Lourenço Dias;-----
- Manuel Rodrigues Antunes.-----
- Manuel Tavares Lopes; -----
- Maria Agripina Ferreira Carriço Lopes Vieira;-----
- Maria Celeste Gonçalves Henriques; -----
- Maria Natália de Sousa Freire Nunes;-----
- Mário João de Oliveira Santos; -----
- Natálio de Oliveira Reis; -----
- Rui Pedro Marto Pereira; -----
- Sérgio Manuel Gameiro Fernandes; -----
- Valdemar Pinheiro de Oliveira. -----
- Não compareceram, tendo justificado a respectiva falta, os membros da Assembleia Municipal, senhores: -----
- Jorge Manuel Reis Heleno;-----
- José Maria do Padre Castelino e Alvim. -----

----- Não compareceram, nem justificaram a respectiva falta, os membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

-----Carina João Reis Oliveira;-----

-----Francisco Caetano;-----

-----Francisco Gonçalo Nunes André. -----

-----Deu início aos trabalhos desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal que, após a verificação da existência de quórum, declarou aberta a sessão, pelas dezassete horas e vinte minutos, tendo, de imediato, apresentado as boas vindas ao Executivo Camarário, que nos termos do número três do artigo quadragésimo oitavo, da Lei número cento e sessenta e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, se fez representar por parte dos seus membros, conforme se especifica: -----

-----Senhor Presidente da Câmara: -----

-----David Pereira Catarino. -----

-----Senhores Vereadores em regime de permanência:-----

-----Humberto Lopes da Piedade; -----

-----João Manuel Moura Rodrigues; -----

-----Vítor Manuel de Jesus Frazão. -----

-----Compareceram os Vereadores em regime de não permanência, senhores: -----

-----José de Oliveira Fernandes; -----

-----José Manuel Pereira Alho. -----

-----Não compareceu o Vereador em regime de não permanência, senhor: -----

-----Nuno André Oliveira Mangas Pereira. -----

-----Antes de dar início aos trabalhos agendados para esta sessão, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal informou o plenário de que o membro da Assembleia Municipal, senhor **Sérgio José Ferreira Ribeiro**, eleito nas listas do Partido Comunista Português – CDU, na impossibilidade de comparecer e conforme preceitua o número um, do artigo sexagésimo oitavo da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro,

alterada pela Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, fez-se substituir pela senhora **Margarida Gomes Poeta**, solteira, de vinte e nove (29) anos de idade, funcionária política, residente em Caxarias, portadora do Bilhete de Identidade número dez milhões novecentos e trinta e dois mil novecentos e noventa e três (10932993), emitido pelo Arquivo de Identificação de Santarém em três de Julho do ano de dois mil e um (03/07/2001) e possuidora do número de Contribuinte duzentos e onze milhões cento e vinte mil trezentos e oito (211120308); -----

-----Mais se informa de que o Presidente de Junta de Freguesia de Espite, senhor **João Pereira Trezentos** fez-se substituir pelo Secretário daquela mesma Junta, senhor **Fernando Rodrigues Major**. -----

-----De seguida, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu início aos trabalhos desta sessão ordinária, conforme Ordem de Trabalhos previamente estabelecida.-----

01 - PERÍODO DE "ANTES DA ORDEM DO DIA" -----

01.01 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA ACTA NÚMERO UM BARRA DOIS MIL E SEIS, REFERENTE À SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA A DEZASSETE DE FEVEREIRO DO ANO DE DOIS MIL E SEIS. -----

-----A Senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu à apreciação, do plenário, a acta referida em epígrafe, cujo texto fora, previamente, distribuído a todos os membros da Assembleia Municipal. -----

-----**Aberto o período de intervenções e não se registando qualquer pedido, a senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu a acta à apreciação do plenário, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com uma abstenção, dada a ausência na referida sessão.** -----

01.02 - LEITURA RESUMIDA DO EXPEDIENTE. -----

-----A Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu conta da entrada de diversa correspondência, registada no respectivo livro, que passou a ler e que a seguir se especifica: --

- Ofício do Grupo Parlamentar Os Verdes, datado de dezasseis de Fevereiro do ano em curso, remetendo cópia do debate realizado na Assembleia da República relativamente à cessação da admissão das candidaturas às ajudas previstas no Regulamento de Aplicação da Intervenção «Medidas Agro-ambientais» e no Regulamento de Aplicação dos Planos Zonais integrados naquela intervenção; -----
- Ofício do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, datado de vinte e três de Fevereiro do ano em curso, remetendo copia do requerimento «A segurança dos cidadãos no Distrito de Santarém»; -----
- Ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses, datado de dois de Março do ano em curso, remetendo informação acerca das «remunerações, compensações para encargos e senhas de presença dos eleitos locais para 2006»; -----
- Ofício da Câmara Municipal, datado de sete de Março do ano em curso, remetendo cópia do projecto «Saber + Fazer Melhor»; -----
- Ofício da Universidade Independente informando acerca do «VII Curso Pós-Graduação Gestão Autárquica Avançada»; -----
- Ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses, datado de dezasseis de Março do ano em curso, informando acerca do «Plano de contingência para ondas de calor de 2006»; ----
- Ofício do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, datado de trinta de Março do ano em curso, remetendo cópia do requerimento «O transporte ferroviário no distrito de Santarém»; -----
- Ofício do Instituto do Desporto de Portugal – Delegação Distrital de Santarém, datado de três de Abril do ano em curso, dando conhecimento da sua nova localização; -----
- Ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses, datado de dez de Abril do ano em curso, dando informação acerca dos «direitos de intervenção e de participação dos Presidentes de Junta de Freguesia enquanto membros da Assembleia Municipal»; -----

- Ofício da Câmara Municipal, número sete mil setecentos e oito, datado de vinte e oito de Abril do ano em curso, remetendo informação acerca da «paragem de comboios na Estação de Caxarias»; -----
- Comunicação do Sr. Deputado Mário Albuquerque, datada de onze de Abril do ano em curso, remetendo cópia do requerimento «paragem de comboios na Estação Ferroviária de Caxarias, concelho de Ourém, distrito de Santarém»; -----
- Ofício do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, datado de sete de Abril do ano em curso, remetendo cópia do requerimento «Envio do IRS via Internet»; -----
- Ofício da Câmara Municipal, datado de dezassete de Abril do ano em curso, remetendo cópia do parecer prestado pela Associação Nacional de Municípios Portugueses acerca dos «Membros da Assembleia Municipal – representação do Município – subsídio de transporte e ajudas de custo»; -----
- Ofício da Escola EB 2, 3 de Freixianda, datado de trinta e um de Março do ano em curso, solicitando colaboração à Assembleia Municipal no sentido de se evitar acidentes em poços sem protecção; -----
- Ofício do Grupo Parlamentar do partido Comunista Português, datado de vinte de Abril do ano em curso, remetendo cópia do requerimento «Encerramento de Escolas do 1º Ciclo e Jardins de Infância no distrito de Santarém»; -----
- Ofício do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, datado de vinte de Abril do ano em curso, remetendo cópia do requerimento «o Serviço nacional de saúde no distrito de Santarém»; -----
- Mensagem fax do Ministério da Economia e da Inovação – Direcção Regional de Lisboa e Vale do Tejo, datado de vinte e quatro de Abril do ano em curso, dando conhecimento da decisão final acerca do pedido de autorização de instalação do estabelecimento de comércio a retalho – PLUS, sito na E.N. 113, freguesia de N.ª Sr.ª da Piedade; -----
- Comunicação do Senhor Orlando Sérgio Palmeiro Calado Cavaco, datada de vinte e dois do mês em curso, informando da intenção de renovar o seu pedido de suspensão de mandato por mais noventa dias a contar do dia vinte e três de Abril do corrente ano. -----

----- A ASSEMBLEIA FICOU INTEIRADA. -----

01.03 - ACTIVIDADE MUNICIPAL – APRECIACÃO DE UMA INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA E) DO NÚMERO UM DO ARTIGO QUINQUAGÉSIMO TERCEIRO DA LEI NÚMERO CENTO E SESENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE, DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI NÚMERO CINCO A BARRA DOIS MIL E DOIS, DE ONZE DE JANEIRO.-----

----- O Excelentíssimo Presidente da Câmara tomou a palavra para apresentar uma informação acerca da actividade municipal, a qual foi elaborada nos termos e em cumprimento do disposto na alínea e) do número um do artigo quinquagésimo terceiro da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, e que a seguir se reproduz: -----

Informação: “ Senhora Presidente da Assembleia Municipal, -----
Senhores Secretários, -----
Senhores Deputados Municipais, -----

Em mais uma sessão deste ilustre órgão deliberativo municipal, cumprimentamos V.Exas. e formulamos votos de mais uma profícua sessão de trabalho. -----

Nos termos da lei, aqui damos conta da actividade municipal, sempre com a preocupação de sermos sintéticos e referirmos apenas aquilo que de mais relevante se apresenta, face a informações anteriores. -----

1. EDUCAÇÃO -----

Estão em fase de adjudicação diversos edifícios escolares em que a vocação principal tem a ver com a educação. Referimo-nos aos edifícios em Atouguia, Cercal, Gondemaria e Urqueira. Mediante delegação de competências na Junta de Freguesia, foi recentemente criada uma nova instalação da ATL em Espite. -----

Estão em elaboração outros projectos que têm como finalidade superar necessidades ao nível dos jardins de infância e também enfrentar a nova realidade do primeiro ciclo do ensino básico. Em virtude de, já no próximo ano lectivo, encerrarem algumas escolas do primeiro ciclo, estamos a preparar todo o sistema, particularmente no que diz respeito às condições de acolhimento (salas e refeições) e transportes. -----

A problemática dos transportes vai conhecer novas dificuldades que decorrem da implementação da recém publicada lei sobre as condições de transporte de crianças e jovens até aos dezasseis anos (Lei nº. 13/2006 de 17 de Abril). -----

Após aprovação de candidatura que apresentámos, estamos a preparar a instalação de computadores nos jardins de infância do concelho. -----

Julgamos ser ainda relevante informar que foi já celebrada escritura de aquisição dos terrenos da Caridade onde está o complexo desportivo de Ourém e onde será construído o novo jardim de infância. -----

2. CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES -----

O programa cultural do concelho tem decorrido com normalidade, sendo de destacar as recentes realizações do Fórum Estudante, do Festival Inter-escolas e da Cenourém. -----

Tendo em vista o aprofundamento de relações com Larantuka, na Indonésia, visitou o nosso concelho, no passado dia 2 de Março, o embaixador daquele país. -----

3. ACÇÃO SOCIAL -----

No âmbito da Rede Social, está a decorrer o trabalho de caracterização do concelho, tendo em vista a elaboração de adequado planeamento das necessidades de equipamentos desta natureza. -----

Podemos informar que estão já em construção as oito habitações para pessoas carenciadas que as perderam nos incêndios do último Verão. -----

Como apoio às mesmas pessoas carenciadas, no passado dia 6 de Março, foram entregues pelo Sr. Presidente do Instituto Nacional de Habitação diversos cheques de montante individual de 12.500,00 Euros. -----

4. HABITAÇÃO E URBANISMO -----

Tendo em vista a preparação das futuras revisões do Plano Director Municipal e do Plano de Urbanização de Fátima e a recolha de sugestões para o Plano de Urbanização de Ourém, promovemos, no passado dia 4 de Abril, uma reunião com técnicos que subscrevem projectos no nosso município. -----

Deixamos o pedido a esta assembleia para que, através de comissão especializada, promova também a recolha de contributos que possam ajudar ao aperfeiçoamento daqueles instrumentos de ordenamento do território. -----

Estamos a preparar uma intervenção nas áreas urbanas de Ourém e Fátima, visando fundamentalmente a beneficiação de arruamentos, passeios e supressão de barreiras arquitectónicas. -----

É uma preocupação de todos nós a chamada Estrada de Minde, em Fátima. -----

Devo informar V.Exas. e o público de que a colocação dos emissários pluviais e domésticos naquela via obrigou à abertura de uma vala muito profunda, praticamente em metade da estrada e, por esse facto, os solos não estão ainda suficientemente compactados. -----

Por outro lado, vamos agora iniciar a colocação das redes de saneamento pluvial e doméstico e substituir as condutas de abastecimento de água. -----

Somente após a colocação destas infra-estruturas serão colocados os passeios, o sistema de iluminação e, finalmente, a pavimentação. -----

A intervenção em Fátima, na envolvente da nova basílica continua o seu longo processo, neste momento muito preocupante, face à data marcada de conclusão das obras do Santuário de Fátima. -----

O único progresso já ocorrido, foi-nos anunciado no passado dia 16 de Março pelo Sr. Secretário de Estado do Turismo e consiste na aprovação da candidatura que apresentámos ao PIQTUR, com um financiamento das obras em cerca de 12,5%. -----

Contamos com desenvolvimentos, nos próximos dias, por parte da Secretaria de Estado das Obras Públicas. -----

Cumpre-nos ainda informar V.Exas. de que arrancou o processo de elaboração do Plano Regional de Ordenamento do Território para a Região do Vale do Tejo, NUTs. III Oeste, Lezíria do Tejo e Médio Tejo, com reunião efectuada no passado dia 12 de Abril, em Rio Maior. -----

5. SAÚDE -----

Tendo sido recentemente criada a Santa Casa da Misericórdia de Fátima/Ourém, vamos agora, com esta entidade e com a União das Misericórdias Portuguesas, tentar de novo a criação da Unidade de Cuidados Continuados de Saúde. -----

6. SANEAMENTO E SALUBRIDADE -----

Tendo em vista a preparação do QREN para o período 2007-2013, continuamos a elaboração de projectos para redes de saneamento básico. -----

7. PROTECÇÃO CIVIL -----

Com as grandes mudanças em curso, ao nível legislativo, tudo o que diz respeito à problemática da prevenção e combate a incêndios, continua em grande indefinição. -----

Estamos preocupados com o futuro. -----

Conhecendo o que se passa ao nível da crescente criminalidade, bem sentida na área deste concelho e que as forças de segurança não conseguem controlar, será de crer que a coordenação da prevenção e combate a incêndios entregue à Guarda Nacional Republicana vai ter sucesso? -----

Preocupados com esta problemática da segurança e do vandalismo, estamos a promover reuniões com as forças de segurança e com os guardas nocturnos de Ourém e Fátima. -----

Para combate ao vandalismo no Parque Linear, foi já instalado um sistema de vídeo-vigilância que vai ser complementado com um vigilante nocturno. -----

Trata-se de um serviço com um custo elevado, mas que não podemos mais evitar. -----

8. DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E ABASTECIMENTO PÚBLICO -----

Na já referida reunião com o Sr. Secretário de Estado do Turismo, expressámos a nossa preocupação pela não inclusão do turismo religioso no Plano Estratégico Nacional para o Turismo (PENT). -----

Aquele membro do governo deu-nos conta da sua sensibilidade para a questão. -----

No passado dia 10 de Abril, celebrámos protocolo com a DECO que visa a instalação de um serviço de apoio ao consumidor em Ourém. -----

No dia 22 de Março, participámos em Lisboa na apresentação do projecto INVESTIDOR MAIS, elaborado pela Associação Nacional de Municípios Portugueses e pela Agência Portuguesa para o Investimento. -----

Partindo das sugestões daquele projecto, vamos aperfeiçoar o já existente serviço de apoio ao empresário, dando-lhe a componente de apoio aos projectos de investimento. -----

Porque julgamos ter a ver com o tecido económico, embora com interesses para o município, particularmente na rede viária e no desenvolvimento urbano de Ourém, abordamos aqui a problemática conhecida da realocização do Intermarché, para informar V.Exas. de que a obra foi já licenciada. -----

Anexamos cópia da deliberação tomada sobre a matéria e, na sessão da Câmara, com recurso a projecção da implantação, explanaremos o que foi aprovado agora, em confronto com a implantação constante da aprovação inicial, dado que o projecto é (e tem de ser) o mesmo. -----

Com o objectivo de promover o vinho de Ourém, realizou-se a segunda edição da Festa do Vinho Novo. -----

Ainda no âmbito do apoio ao tecido económico, tencionamos propor a curto prazo, a participação da Câmara Municipal em duas empresas, uma na área da produção e comercialização de vinho e outra na área da saúde. -----

9. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES -----

Por administração directa, continuamos a nossa intervenção na área do concelho, tirando partido da boa equipa de trabalho que temos neste sector e dos equipamentos de que igualmente dispomos. -----

Estamos a enviar às Juntas de Freguesia um dossier para planeamento da delegação de competências respeitante à rede viária vicinal, no que diz respeito a pavimentações e repavimentações. -----

Finalmente, ainda neste objectivo, informamos que, devido às restrições ao estacionamento que vão resultar da construção e estaleiro do novo edifício dos Paços do Concelho, a Câmara acaba de aprovar a implementação de um transporte urbano para Ourém. -----

10. DEFESA DO MEIO AMBIENTE -----

A empresa prestadora de serviços de recolha de lixo e limpeza urbana reserva uma parte do seu orçamento para a educação ambiental. -----

Nesse âmbito, decorreu durante o mês de Março a deslocação ao concelho de lixoteca itinerante que, basicamente, é uma viatura de grande dimensão equipada para programas de educação destinados às crianças das escolas do primeiro ciclo do Ensino Básico. -----

11. JUNTAS DE FREGUESIA -----

Está em fase de adjudicação o edifício multiusos de Cercal e continua a elaboração dos projectos dos edifícios multiusos de Caxarias e Vilar dos Prazeres. -----

Conforme acima referimos, demos já início ao planeamento da delegação de competências nas Juntas de Freguesia, no que diz respeito à beneficiação da rede viária vicinal. -----

A curto prazo, vamos solicitar informação respeitante a investimentos em cemitérios e casas mortuárias. -----

12. INSTALAÇÕES E SERVIÇOS MUNICIPAIS -----

Cumpre-nos informar V.Exas. de que deverá ser consignada, nos próximos dias, a obra do edifício dos Paços do Concelho. -----

Sra. Presidente, -----

Srs. Deputados Municipais, -----

Esta é a informação que julgamos merecer referência nesta altura. -----

Ficamos à disposição de V.Exas. para as questões que queiram colocar-nos.” -----

----- O Senhor Presidente da Câmara apresentou ainda os seguintes documentos, conforme

ANEXO A: -----

- situação económica e financeira da autarquia em 31 de Março de 2006; -----

- relação de processos judiciais; -----

- processo de contra-ordenação que estão em Tribunal; -----

- certidão de deliberação tomada em reunião camarária de 03 de Abril de 2006 relativamente a «relocalização da superfície comercial denominada Intermarché». -----

----- De seguida, aberto o período de pedido de esclarecimentos, registaram-se as intervenções dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **MANUEL LOURENÇO DIAS**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Rio de Couros, questionou o seguinte: -----

- porque não se fala nas obras necessárias e urgentes a levar a efeito na EN356; -----

- porque razão está a ser marcada a EM525, quando foi dito pela Câmara Municipal que aquela seria marcada somente quando fosse alvo de mais uma camada de alcatrão; -----

- para quando está previsto o projecto relativo ao Jardim de Infância de Rio de Couros. -----

----- Tomando a palavra, o Senhor Presidente da Câmara esclareceu o seguinte: -----

- As intervenções efectuadas na EN356 pela Junta de Freguesia até podem ser bem vistas pela população, porém a Junta não possui competência para fazer intervir. -----

A Câmara Municipal fez dois concursos limitados para obras de conservação da mesma, tendo na altura decidido comunicar à Estradas de Portugal fazer essas obras sem prejuízo de futuramente poder vir a reivindicar o dinheiro dessa intervenção. -----

Recentemente, decidiu-se fazer mais um concurso e elaborar um projecto de alargamento da via que será entregue à Estradas de Portugal. -----

- Quanto à EM356 informou de que em finais de dois mil e quatro foi deliberado interpor uma acção de reconhecimento de tutela da mesma junto do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria. -----

= **RUI PEDRO MARTO PEREIRA** pretendeu saber se a Câmara Municipal previa fazer algo caso não haja investimento público nos arranjos da envolvente da nova basílica de Fátima a inaugurar em Outubro de dois mil e sete. -----

----- Não se registando mais nenhum pedido de intervenção, passou-se de imediato ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos. -----

01.04 – INTERVENÇÕES DE INTERESSE LOCAL OU DECLARAÇÕES POLÍTICAS
GERAIS. -----

----- Após período prévio de inscrições, registaram-se as seguintes intervenções, por parte dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **SENHORA PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** apresentou o seguinte documento: “Ao iniciar mais uma sessão ordinária deste Órgão, gostaria de saudar de forma calorosa todos os autarcas de Portugal e de forma especial todos os do concelho de Ourém. Porque ainda estamos muito perto dos sabores e cheiros do 25 de Abril, penso que é nosso dever homenagear esta data que possibilitou o estarmos hoje aqui reunidos em torno duma causa comum: a nossa terra, as nossas gentes. -----

Não podemos esquecer que pela primeira vez na nossa história política, a Constituição da República de 1976 institui o Poder Local democrático, coroando um processo revolucionário que pôs fim a um Regime totalitário de quase cinco décadas. O Poder Local nasceu sob o impulso de um forte movimento social, espontâneo de participação cívica e política contra o centralismo e em prol da autonomia local. Esta ligação entre a participação social e a autonomia local deverá ser continuamente reforçada pois ela é a força impulsionadora da afirmação do municipalismo na sua relação com o Estado. Ourém tem sabido fazê-lo. Os nossos autarcas eleitos democraticamente pela vontade do povo têm cumprido a sua missão. -- Todos nós temos consciência do grau de dificuldade da tarefa que os autarcas assumem de forma livre e democrática, ao aceitar o convite para tudo fazer para melhorar a qualidade de vida das populações. Para isso, sabem que é absolutamente necessário saber ouvir os cidadãos para melhor compreender os seus problemas, os seus anseios, as suas sugestões. -- Não é fácil. Trata-se duma tarefa árdua, contínua, muitas vezes incompreendida e sempre inacabada. Mas os autarcas assumem-na com determinação, empenhamento e também com uma certa dose de audácia. Homens e mulheres que se disponibilizaram a enfrentar com coragem os desafios que hora a hora, mês a mês se lhes deparam na construção do projecto a que se propuseram. -----

E, é assim que no concelho de Ourém as características da modernidade caminham de mãos dadas com o reconhecimento e valorização do nosso passado e do nosso presente. -----

Do Ourém, ilha quase ilha quase ignorada do distrito de Santarém, passou-se a Ourém concelho com um dos maiores índices demográficos do distrito. A qualidade de vida aliada ao desenvolvimento económico fazem hoje de Ourém, um concelho escolhido para viver. No entanto muito há ainda para fazer e por isso aqui estamos hoje disponíveis para continuar a dignificar e honrar a herança que nos foi legada pelo 25 de Abril. -----

Caras e caros colegas, termino agradecendo a todos vós, representantes do Poder Local no nosso concelho, pelo vosso empenhamento, pelo vosso espírito de sacrifício e dedicação a esta terra que todos nós amamos e nos orgulhamos de pertencer. -----

Sejamos dignos da confiança que as pessoas em nós depositaram proporcionando-lhes cada vez mais e melhor qualidade de vida. -----

A todos bem hajam -----

P.S. A propósito das comemorações do 25 de Abril, gostaria de aqui deixar uma questão que no mínimo me causa uma certa estranheza. Habituímo-nos ao longo de toda a nossa vida democrática, festejar o 25 de Abril na companhia da fanfarra dos nossos Bombeiros. Este ano tal não aconteceu. Poderá o Sr. Presidente explicar-me a razão de tal abandono?" -----

= **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** solicitando a palavra ao abrigo da Lei, referiu o facto de não ter por hábito responder ao que é publicado na imprensa, porém, conforme afirmou, dado tratar-se de uma intervenção vinda de um membro da Assembleia Municipal, senhor António Gameiro, vinda a público no jornal local de hoje, onde se apela o Presidente da Câmara de «empecilho» e onde se fazem falsas afirmações, considerou oportuno expor o seguinte: -----

----- Relativamente ao traçado do IC9 lembrou que quando se procede à elaboração de um Plano Director Municipal há uma comissão técnica de acompanhamento, composta pelos vários organismos da Administração, sendo que no que se refere a vias de comunicação, cabe à Estradas de Portugal apresentar sugestões. Assim, no que respeita ao IC9, o Plano Director

Municipal espelha os contributos dos diversos sectores da Administração, nomeadamente a Estradas de Portugal, e não as eventuais opções da Câmara Municipal. -----

----- Quanto à retirada de serviços do Palácio da Justiça referiu que se trata de uma opção tomada pelo Ministério da Justiça aquando da criação do 3º Juízo e conseqüentemente a necessidade premente de utilização de todo o edifício. -----

----- No que concerne aos valores «astronómicos» inerentes às obras da nova Basílica de Fátima, apesar de ser um projecto elaborado pelo Santuário em que a Câmara Municipal esteve sempre envolvida, sublinhou tratar-se de um projecto do concelho, de todos. -----

----- Relativamente à afirmação «levou Catarino a pôr o Governo em tribunal por causa da estrada da Freixianda» lembrou que a Câmara Municipal, considerando-a uma estrada regional e por isso pertença do Estado, em Novembro de dois mil e quatro, deliberou por unanimidade interpor uma acção de reconhecimento de tutela. Até ao momento, a via permanece sem tutela mas necessitada de uma intervenção urgente a fim de evitar a ocorrência de graves acidentes de viação provocados pelas bermas perigosíssimas. -----

----- Quanto à «falha técnica no edifício dos Paços do Concelho» informou de que a Câmara Municipal ao verificar a falta do estudo geotécnico contactou a empresa credenciada FBO Consultores, S.A. que reviu o projecto elaborado pela empresa Vasco Cunha, tendo aquela esclarecido que o citado estudo poderia ser efectuado na fase inicial da escavação, o que hoje mesmo foi adjudicado. -----

----- No que respeita à afirmação «que nós andamos a colar-nos às propostas do PS» sublinhou o desenvolvimento do concelho trilhado ao longo dos trinta anos de poder autárquico, para o qual todos contribuíram. -----

----- Finalizando a sua intervenção, apelou para o que dizem os meios de comunicação social relativamente às referências feitas ao desempenho económico e financeiro do município, as quais, conforme afirmou não deixam o Presidente da Câmara envergonhado. -----

= **ELIAS DIAS DA SILVA**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Alburitel, sugeriu que fosse afixado nos abrigos dos utentes dos transportes públicos o aviso «afixação proibida», após a limpeza dos mesmos. -----

----- Tomando a palavra, o Senhor Presidente da Câmara sublinhando a pertinência desta matéria, referiu que a questão da publicidade deve ser tratada dentro dos parâmetros legais. --

= **VALDEMAR PINHEIRO DE OLIVEIRA** expôs o seguinte: Exma. Sr.^a Presidente da Assembleia Municipal -----

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal e restantes vereadores, -----

Exmos. Srs. Deputados da Assembleia Municipal -----

Comunicação Social presente -----

Sabemos que num mundo profissional tão competitivo é exigido um grau académico superior cada vez mais graduado. Neste sentido, vimos com muita satisfação o aumento significativo do número de estudantes universitários no concelho de Ourém. -----

Num concelho grande como o nosso existe, infelizmente, jovens que sentem dificuldades na prossecução dos seus objectivos, quando terminam o ensino secundário e desejam entrar na universidade, o que implica sair do concelho, e como consequência, é necessário alojamento, transportes, etc. -----

Nas opções do plano para 2006, apresentadas na sessão anterior, vem inscrita uma verba de 5000 euros de apoio ao ensino superior. -----

Pergunto ao Senhor Presidente da Câmara se essa verba servirá para aumentar o número e o valor das bolsas de estudo, ou se a Câmara Municipal têm outra ideia onde aplicar essa verba?" -----

= **MARGARIDA GOMES POETA**, em nome do Grupo Municipal do Partido Comunista Português, apresentou a seguinte declaração política geral e declaração de interesse local:

“Senhora Presidente, Caros Colegas, Estimados Membros da Comunicação Social, eventual público presente, -----

Sendo a primeira vez que falo nesta assembleia, cumprimento todos. Participo nesta sessão por ser impossível ao doutor Sérgio Ribeiro, estar presente, por razões já justificadas à Senhora Presidente desta Assembleia. -----

Realizando-se esta sessão no dia 28 de Abril, a nossa declaração de política geral será relativa ao 25 de Abril, como entenderão. -----

Esta é uma data a que o Partido Comunista Português e seus companheiros da CDU dão a maior importância. Os comunistas não pretendem apresentar-se como os «donos do 25 de Abril», mas num dia que simboliza o fim do fascismo e da guerra colonial, não podemos permitir que se deturpe a História e se marginalize, por esquecimento nada inocente, aqueles que lutaram para que em Portugal houvesse liberdade e democracia. -----

Aproveito a não presença de Sérgio Ribeiro para dizer aqui, que magoa ver como 25 de Abril após 25 de Abril, há em Ourém quem sistematicamente finja ignorar factos, e não haja um gesto ou uma palavra de reconhecimento a esse homem – que nesse dia foi um preso que saiu da prisão, onde estava por lutar pela liberdade e democracia em Portugal e em Ourém. -----

Para nós o 25 de Abril é ainda um projecto. Um projecto por cumprir, que tem sido sucessivamente atacado por governos que praticam políticas contrárias ao que foi defendido e conquistado. Chega a ser escandaloso, que o recentemente eleito Presidente da República tenha acompanhado o gesto coerente de abandonar o cravo, que nada lhe diz, com um discurso preocupado com a situação social do país. -----

Situação para a qual ele contribuiu decisivamente com políticas nada sociais, durante 10 anos, e pela cobertura que se apronta a dar a este governo na continuação dessas políticas ... não contem com os comunistas para aplaudir palavras que são desmentidas pelos actos que se praticam! -----

No que respeita à política local, com muito por se dizer, mas faltando-me tempo, só quero aqui levantar o nosso protesto por a Câmara Municipal ter comemorado o 25 de Abril com a retirada dos cartazes de informação política do PCP. Consideramos tal gesto como um atentado aos nossos direitos, à liberdade e à democracia. Aqui fica o nosso protesto, e faremos o que pudermos para que essa manifestação de prepotência seja reparada e condenada. -----

Disse” -----

= **CONSTANTINO DA GRAÇA LOPES**, em nome do Grupo Municipal do Partido Socialista, apresentou o seguinte documento: “1- Em 2/7/93 foi aprovado nesta AM o Regulamento para as Zonas Parqueadas em Fátima e Ourém. No seu artº 5º solicitava-se ao Executivo Camarário diligências no sentido de ser criado um Cartão de Morador, que isentasse da Taxa de

parqueamento o Residente, quando em Horas de expediente tivesse necessidade de se deslocar à sua habitação. -----

2- As Zonas de estacionamento entraram em vigor, e o mesmo não aconteceu com o citado cartão de Residente, que aliás é usual na maioria dos Concelhos deste País onde existem zonas parqueadas. -----

3- Não faz qualquer sentido que um morador tenha de pagar Taxa sempre que se desloque a casa em horário de expediente, ou quando tenha necessidade de transportar algo à sua habitação, mesmo que se tratem das compras do Supermercado. -----

4- Na sua quase totalidade estas habitações situadas em Zonas mais antigas foram licenciadas e construídas sem Garagens, tendo em alguns casos os proprietários dos imóveis cedido uma Zona para estacionamento das viaturas dos seus habitantes. -----

5- Porque estas Zonas foram parqueadas e os seus moradores ficaram sem alternativas que lhes permitam deslocar-se a suas casa, sem que para tanto tenham necessidade de pagar uma Taxa, ou em alternativa estar a contas com a Autoridade, PROPOMOS: -----

Que seja criado pela Câmara Municipal um Cartão de Morador, livre de Taxa de Estacionamento, a ser entregue aos residentes nas citadas zonas, desde que o solicitem, e que terá valor apenas dentro da zona respectiva.” -----

= **MANUEL TAVARES LOPES**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Atouguia, fez a seguinte intervenção: “Ex.mo Senhor -----

Presidente da Câmara Municipal de Ourém, -----

A minha intervenção prende-se com a recuperação da Capela de São Sebastião, que ao longo dos tempos tão falada tem sido, mas que dela ninguém tem querido saber. -----

Antes não era recuperada porque a situação não estava legalizada, e agora? -----

A Câmara recebeu-a com escritura feita, mas desde esse momento, nem uma pedra foi movimentada, continuando a evidenciar grandes sinais de degradação! -----

É na Junta de Freguesia que o povo questiona a situação, interrogando-se se algum dia verá este monumento secular/histórico recuperado. -----

Assim, e porque já não sei o que responder, gostaria que V.^a Ex.^a me informasse o que há de novo sobre esta matéria, se de facto a Câmara inicia este Verão as obras tão desejadas pela população da Freguesia, pois com o passar do tempo, não mais restará do que uma recordação de que um dia houve ali uma capela, mas que os homens de então, dela não quiseram saber, deixando-a desaparecer totalmente. -----

Obrigado.” -----

= **RUI PEDRO MARTO PEREIRA** solicitou que houvesse diligências a fim de evitar a exposição e venda de artigos religiosos na via pública quer na Cova da Iria quer em Aljustrel. --

= **JOSÉ AUGUSTO DIAS DOS REIS** pretendeu saber quais as diligências levadas a cabo pela Câmara a fim de solucionar a problemática inerente à falta de protecção dos poços, o que ainda há pouco tempo levou à morte de um jovem do concelho. -----

----- Tomando a palavra, o Senhor Presidente da Câmara referiu que haviam sido feitos Editais sobre esta matéria, tendo sido dada a devida publicidade. -----

= **NATÁLIO DE OLIVEIRA REIS**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Fátima, fez a seguinte intervenção: “1- Estão a decorrer as Jornadas em Fátima promovidas pelo Santuário «Aljustrel o outro pulmão do Santuário». -----

Hoje à noite no Centro Pastoral, às 21H através duma actuação em estreia da peça «A solo com os Anjos» realizada pelo grupo Tutto Ballet de Fátima. A entrada será gratuita quem desejar poderá estar presente pois será um grande momento artístico. -----

2- Faleceu anteontem e foi a sepultar ontem um Homem de Fátima, de seu nome Dinis dos Santos Reis. Começou por ser conhecido por Dinis do Banco, depois foi Dinis da Casa do Povo e terminou a ser o Dinis do Eirapedrense, isso deveu-se à sua disponibilidade de se colocar ao serviço da comunidade, não só associativa mas também religiosa. A sua vontade de servir levou-o também a estar no grupo de pessoas que fundou e liderou a saudosa Rádio Fátima há + ou menos 25 anos. São homens destes disponíveis e solidários que já rareiam na nossa sociedade cada vez mais egocêntrica. -----

Na Paróquia de Fátima foi durante muitos anos uma ajuda preciosa do senhor Prior nos mais variados serviços. -----

É por tudo isto que referi e muito mais teria para dizer, que proponho um voto de pesar pela perda deste HOMEM BOM que desinteressadamente sempre se disponibilizou para servir a causa pública.” -----

----- **Colocado a votação do plenário foi este voto de pesar aprovado por unanimidade.** -----

= **ÂNGELA MARIA GASPAS DA SILVA PEREIRA MARQUES** expôs o seguinte: “Boa tarde! – Porque subsistem algumas dúvidas, penso que seria importante que o Sr. Presidente esclarecesse exactamente em que termos foram solicitadas instalações municipais pelos vereadores do Partido Socialista.” -----

= **ANTÓNIO RIBEIRO GAMEIRO**, na qualidade de Representante do Grupo Municipal do Partido Socialista, apresentou o documento que se passa a transcrever: “Senhora Presidente, - Senhor Presidente da Câmara Municipal -----

Senhores Vereadores -----

Caros e caras Colegas e amigos -----

Retomamos hoje nesta Assembleia o debate político à cerca das opções de bem governar os destinos do nosso município. Neste tempo de dificuldades apraz-me em primeiro lugar saudar todos aqueles que no seu dia-a-dia vêm as oportunidades no acesso ao emprego, aos medicamentos e à qualidade de vida goradas pelas mais diversas razões. Umas de hoje e outras de décadas. -----

Gostava de começar esta intervenção por dar os parabéns ao executivo municipal no poder. Não devemos e não temos a ideia de que à oposição cabe só criticar e quando são conhecidos factos que nos merecem reconhecimento devemos ter a capacidade de reconhecer o respectivo mérito. -----

Refiro-me ao facto dos protagonistas no poder terem aceite a proposta dos três vereadores da oposição no sentido de estes terem acesso a um pequeno gabinete e apoio para o desenvolvimento do seu trabalho autárquico. É verdade que esta é uma conquista do Concelho de Ourém, das suas populações, pois 32 anos após o 25 de Abril os eleitores locais podem trabalhar com o mínimo de condições. Não vou nesta sede discutir o facto de para que tal fosse

possível, tenha sido necessário gastar mais uns milhares de euros ao Erário Público Municipal, porque a bem da democracia um parecer de um jurista é sempre um parecer de um jurista! Já outros pareceres de entidades públicas nada valeram no passado. -----

Outro facto que melhora a qualidade da democracia vivida no nosso município é o facto de paulatinamente a maioria ter aceite a ideia de ir aproximando a hora das nossas Assembleias Municipais de horas mais fora das horas nobres dos nossos tempos laborais. As 17 horas de hoje ou as 18 horas de Junho, à Sexta-Feira, parece-nos uma boa metodologia. Parabéns! -----

Por outro lado, o executivo municipal nestes últimos dois meses parece ter desaparecido de combate, porque não foram tomadas nenhuma das medidas que a nosso ver são urgentes por em execução e que merecem o nosso apoio, senão vejamos: -----

- Que decisões foram tomadas pelo executivo municipal sobre a implantação e requalificação das diversas zonas industriais que o PDM prevê e que ciclicamente são anunciadas eleitoralmente como prioridades? -----

- Dois meses de inacção quanto ao Plano de Pormenor de Ourém! -----

- Vivemos num tempo em que o planeamento é fundamental, em que o IC9 se aproxima do nosso Concelho, da nossa Cidade e não temos ainda os instrumentos legais de planeamento e ordenamento de escala fina aprovados e em vigor. O que foi feito para obviar às divergências com a CCDR, quanto ao traçado do mesmo? -----

- Como estão as alterações ao Regulamento de cedência dos autocarros e mini-autocarros às colectividades do Concelho, e relacionada com esta questão, quando teremos novas regras de atribuição desses subsídios, com clareza, critérios rigorosos, imparciais e justos, por forma a que as colectividades sejam conhecedoras das regras e não só dos valores e que nenhum grau de arbitrariedade discricionária possa vir a ter lugar. -----

Por outro lado, existem questões que se põem hoje às populações do nosso Concelho e que abordamos com elevado sentido de responsabilidade por serem de tal natureza, que só uma reflexão muito profunda poderá ajudar os contribuintes a descortinar. -----

Quando a Câmara Municipal de Ourém lançou o concurso público de concepção/construção do Parque Linear, não acautelou o estudo geotécnico da Cafetaria, foi com certeza um lapso

político e técnico que aceitámos com o sentido da responsabilidade de pensar que ninguém sabe tudo e que só não erra quem não faz nada! Isto importou em cerca de trabalhos a mais no valor próximo de 200.000 euros! Isto foi em 2004! -----

Todavia, fomos agora confrontados com outro lapso. No projecto que a Câmara Municipal encomendou à empresa Vasco Cunha, S.A., para a construção dos Paços do Concelho e que foi adjudicada à empresa São José. S.A., por cerca de 5 milhões de euros, veio agora a verificar-se que se esqueceram de elaborar o estudo geotécnico e a contenção periférica de terras. É tempo de perguntar com preocupação que sentido das responsabilidades têm os Dirigentes Políticos na Câmara Municipal? Que responsabilidade exigem V. Exas. à empresa FBO, sobre a revisão do projecto? Fala-se demais? Acho que se faz de menos! -----

Acerca desta matéria, relevam ainda as palavras do Senhor Presidente da Câmara Municipal a 29 de Março a quando das comemorações dos 175 anos da Freguesia da Piedade, quando afirmou a sua admiração pelo sentido e visão estratégicas dos autarcas de então, em terem construído os actuais Paços do Concelho na periferia da Aldeia da Cruz, entre as pequenas localidades dos Álamos e de Castela. Mas hoje constroem-se uns Novos Paços do Concelho num espaço fechado, atomizado, bloqueado e de onde nenhuma outra localização poderia demonstrar visão estratégica. Votei sempre contra esta construção devido quase e só a sua localização e os nossos antepassados de há quase 150 anos dão-me razão para pensar que continuamos certos! -----

Mas há mais uma matéria que importa reflectir, senhores Deputados Municipais. Há cerca de um ano e meio o Governo de então prometeu ao Concelho de Ourém apoio para a requalificação da Avenida D. José Alves Correia da Silva em Fátima, no sentido de requalificar a envolvente à Basílica da Santíssima Trindade. Mas não se comprometeu de facto e de direito porque não fez repercutir as palavras ditas com a expressão de um contrato-programa para o efeito ou da aprovação de qualquer candidatura para o efeito, apesar do trabalho desenvolvido pelo Executivo Municipal de planeamento da intervenção. -----

Em 12 de Março de 2005, o Governo do PS tomou posse e desde logo me disponibilizei na qualidade de Deputado a ajudar a captar para o nosso Município essas verbas, porque julgo que são obras que qualificam Fátima e prestigiam o seu turismo e até o País. -----

Desde então fui acompanhado todo o processo a par e passo e acompanhei igualmente o Senhor Presidente da Câmara a duas audiências: uma com o Senhor Secretário de Estado do Turismo e outra com o Senhor Secretário de Estado das Obras Públicas e Telecomunicações.

Até ao final de Março o Governo garantia uma ajuda substancial de cerca 10 milhões de euros, sendo que 2,5 milhões eram garantidos pela candidatura apresentada aos fundos da área do Turismo. -----

Eis quando, o Governo através de diversas vozes me faz chegar a informação de que a Câmara Municipal de Ourém havia interposto uma acção em tribunal contra o Governo: E.P. – EPE, Ministro das Obras Públicas, por causa do diferendo quanto à classificação da E.N. 356, Ourém – Pelma. -----

Não ponho em causa a acção em Tribunal, porque penso que porventura assistirá razão à posição da nossa Edilidade. Mas porque só agora? Não se entende! Porque não mais tarde, aconselhava-se! -----

Mas Senhor Presidente da Câmara Municipal, ontem mesmo estive toda a manhã na Secretaria de Estado das Obras Públicas a trabalhar e a dissuadir qualquer entendimento que possa vir a pôr em causa este investimento em Fátima e ainda hoje não tenho a certeza de o ter conseguido totalmente. -----

Sei da boa vontade do Governo e em especial do Senhor Secretário de Estado, mas também sei que isto parece outra coisa daquela que V. Ex.^a Porventura terá assumido quando decidiu interpor esta acção administrativa. -----

É que Senhor Presidente, em política o que parece é e neste caso de Fátima este Governo não está obrigado a todo o custo a ajudar o nosso Concelho, só o faz e fará se tivermos bom senso.

Bom senso é o que lhe exijo e peço em nome dos superiores interesses do nosso Concelho, seja neste caso, seja na gestão municipal, onde V.^a Exa. tem de responder por este estado a que chegou a gestão de alguns processos de investimento municipal. -----

A bem do Concelho conte sempre com o PS para o ajudar a Governar melhor os destinos de todos nós e inclusive as nossas finanças municipais.” -----

PETIÇÃO

----- Em nome do Grupo Municipal Social Democrata, o membro da Assembleia Municipal, senhor Francisco António Dias Vieira apresentou o documento abaixo transcrito, o qual depois de ter sido discutido foi aprovado por unanimidade, tendo sido deliberado enviá-lo em nome deste Órgão deliberativo a todas as entidades nele referidas. -----

Documento: “Tivemos conhecimento, através da imprensa, de que foi aprovado um novo estatuto para o Santuário de Fátima pela Conferência Episcopal Portuguesa. -----

Não é nosso objectivo a emissão de juízos de valor sobre competências que são próprias da Igreja Católica e dos seus órgãos e não vamos comentar o pouco que vem a público sobre o novo quadro. -----

Esta consagração no seu estatuto jurídico é um passo importante para o reconhecimento nacional e internacional da dimensão já hoje existente e que tarda em ser vista por alguns sectores da nossa vida pública. -----

Com efeito, os diversos governos do país, só em muito esporádicos momentos, tiveram atitudes claras face aos problemas desta cidade-santuário, quer no que diz respeito ao suporte financeiro para investimentos, quer na criação de instrumentos jurídicos adequados à intervenção das entidades públicas, particularmente da Câmara Municipal. -----

O Decreto-Lei 37008 de 1948 e a criação do Gabinete de Apoio Urbanístico nos governos do Prof. Cavaco Silva são os dois momentos que conhecemos, dignos de algum destaque. -----

O que de mais se conhece, são intermináveis processos, com inúmeras reuniões, para resultados pouco visíveis. -----

É o que se passa com o processo em curso relativo às obras de requalificação da envolvente da nova basílica. -----

O assunto foi já tratado com sucessivos governos e continua sem resultados visíveis, quando está já à vista a inauguração daquela importante obra, fundamental para combater a sazonalidade da actividade turística de Fátima. -----

Importa que o Estado tenha outra atitude face aos problemas de Fátima. -----
 Propomos à Assembleia que esta preocupação com o que se está a passar seja transmitida a Suas Excelências o Presidente da República e Primeiro Ministro, aos Senhores Ministros da Economia e Inovação; Obras Públicas, Transportes e Comunicações; Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional e ainda aos Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República.” -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

= **JOANA LUÍSA ABREU DE FIGUEIREDO** sublinhando o facto de que o Senhor Presidente da Câmara apenas pode usar da palavra para prestar esclarecimentos que lhe sejam solicitados e não para fazer a intervenção atrás referida, solicitou à Mesa que diligenciasse para que se desse cumprimento ao Regimento da Assembleia Municipal. -----

----- Tomando a palavra, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que o Senhor Presidente da Câmara apenas apresentou um protesto ao abrigo do artigo quadragésimo terceiro do Regimento contra uma intervenção menos correcta de um membro deste Órgão deliberativo. -----

= **ANTÓNIO RIBEIRO GAMEIRO**, solicitando a palavra, pretendeu esclarecimentos sobre a citada intervenção, já que nada fora dito em sede da Assembleia Municipal. -----

----- Tomando a palavra, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal respondeu que se trata de uma intervenção escrita num meio de comunicação local. -----

----- Terminado este período de intervenção passou-se, de imediato, ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos.-----

02.01 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO «RELATÓRIO DE GESTÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO REFERENTES AO ANO ECONÓMICO DE 2005», NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C), DO N.º2, DO ART.º53º DA LEI N.º169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI N.º5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO – (GRELHA B). -----

----- Foi remetida, pelo Município, através do ofício número sete mil cento e oitenta e seis, datado de dezassete de Abril de Abril, do ano dois mil e seis, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada naquela mesma data, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos legais referidos em epígrafe, a apreciação e votação dos documentos acima citados. --

----- Foi ainda remetida cópia dos referidos documentos, os quais, para melhor análise e apreciação, por parte do plenário, foram previamente facultados a todos os membros deste órgão deliberativo – **(ver processo devidamente arquivado no gabinete da Assembleia Municipal)**. -----

----- A fim de facultar ao plenário um conhecimento mais pormenorizado e resumido relativamente à matéria em análise, foi elaborada uma projecção em tela – **(vide processo devidamente arquivado)** – a qual foi comentada de forma clara e concisa pelo Senhor Presidente da Câmara. -----

----- Finda a exposição, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, agradecendo a forma como foi exposta a matéria, deu por aberto o período de pedido de esclarecimentos, tendo-se verificado as seguintes intervenções: -----

= **AVELINO DA CONCEIÇÃO SUBTIL**, em nome do Grupo Municipal do Partido Socialista, apresentou o seguinte documento: “Exmo. Sr. Presidente da CMO, -----

Em primeiro lugar os meus cumprimentos a V. Exa. e a toda a vereação presente. -----

Relativamente aos documentos de prestação de contas que se encontram em discussão gostaria de obter de V. Exa. esclarecimentos para as seguintes questões: -----

1. Na nota 7 do ABDR – Movimento do Activo Imobilizado – indica-se um valor de 1.270.784,20€ de Investimentos Financeiros – Edifícios e Outras Construções, dos quais 893.873,98 foram transferidos para esta conta em 2005. Quais os Imóveis a que se refere esta rubrica? -----

2. Na nota 7 do ABDR – Movimento do Activo Imobilizado – indica-se que «existe imobilizado da autarquia cuja gestão é efectuada pelas empresas municipais VEROURÉM e AMBIOURÉM, no entanto, considerando que este facto não está sujeito ao regime de concessão, o imobilizado continua em posse da autarquia.» -----

Pergunta-se: -----

a. Estes bens estão a ser objecto de reintegração por parte da entidade CMO? -----

b. As EM pagam alguma renda pela sua exploração? -----

c. Na hipótese de a CM não estar a receber qualquer renda, pela cedência deste imobilizado o preço debitado pelas EM à CM tem em conta esse facto? -----

3. Em informação complementar à Nota 13 do ABDR – Bens Utilizados em Regime de Locação Financeira – esclarece-se que aos bens assinalados com * lhe foi atribuída uma vida útil em função da duração do contrato de locação financeira nos termos da Portaria 671/2000, de 17/04, tendo em conta o facto de não existir certeza razoável de que o locatário (CMO) opte pela titularidade do bem no fim do contrato. -----

Nestes termos, apenas a dois equipamentos foi dada uma vida útil superior a 3 anos, que será a duração do contrato de locação, do que resultou, a título de exemplo, que um cilindro, duas viaturas pesadas de mercadorias e uma retroescavadora, que no seu conjunto totalizam um valor de aquisição de 235.300€, adquiridas em 2003 se apresentem com um valor residual de 4.470€ em 2005. -----

Quais os motivos que têm levado o executivo a ter tantas dúvidas sobre a possibilidade de exercer a opção de compra em equipamentos que de um modo geral têm uma vida útil bastante superior a 3 anos? -----

4. O Balanço apresenta um montante de 1.270.784,20€ na conta «Investimentos em Imóveis». A nota 31 do ABDR – Demonstração de Resultados Financeiros, apresenta um montante deveras significativo de «Rendimento de Imóveis» de 1.439.746,25€ (muito superior ao valor do investimento). -----

Estes valores estarão correctos? Se sim, quais os Imóveis que dão origem ao referido rendimento? -----

5. O Balanço reflecte um montante de 396.246,70€ de Provisões para Riscos e Encargos, valor exactamente igual ao exercício de 2004. Quais as ocorrências prováveis que estiveram na origem da constituição desta provisão? Não sofreram nenhuma evolução durante o exercício de 2005? -----

6. O Balanço inclui no Passivo o montante de 11.582.480,76€ de Produtos Diferidos. Tendo em conta o seu elevado montante será possível conhecer a sua desagregação?" -----

= **MARGARIDA GOMES POETA**, em nome do Grupo Municipal do Partido Comunista Português, apresentou o seguinte documento: "Senhora Presidente, Caros Colegas, Estimados Membros da Comunicação Social, eventual público presente, -----

O facto de a CDU não ter conseguido eleitos no anterior mandato dificulta a nossa intervenção em matéria tão especializada. -----

Os documentos facultados exigem um estudo atento que eles próprios não facilitam. É evidente no relatório a tendência de tratar a gestão autárquica como se de gestão empresarial se tratasse e, pela nossa parte, recusamo-nos a considerar a gestão autárquica neste quadro, com estes parâmetros. -----

Regista-se a preocupação de apresentar uma introdução relativa à conjuntura, o que não consideramos negativo embora nos pareça que existiriam referências mais correctas para esta análise. É de salientar que muito pouco se diz da conjuntura na área do município, quando muito se poderia dizer. -----

Sobre os documentos de situação económico e financeira, a análise possível não pode ir além de comparações globais, e não estamos em condições de fazer a comparação entre orçamento e o relatório de gestão, que nos parecem merecedores de maior atenção para que se veja a importância que o executivo camarário dá ao que este órgão deliberativo aprova. -----

Com a força que temos nesta assembleia e que nos permite o acesso aos documentos, apresentamos alguns comentários. Com esse conhecimento, outra coisa não queremos senão servir as populações. Por agora três ou quatro observações: -----

Há um aumento das receitas em relação ao ano de 2004 que é significativo, mas esta subida será bem menor se se excluir a venda de bens de investimento, (que também subiu e não nos merece justificação) e de passivos financeiros (provenientes de empréstimos a médio e a longo prazo). -----

Do lado das despesas, o aumento é de 9,8%, onde contribuem 16,2% das despesas correntes e 5,9% das despesas de capital, dados que merece reflexão. -----

Numa primeira leitura, o município endividou-se e vendeu património para fazer face a despesas correntes, logo má gestão. -----

A capacidade de endividamento aproximou-se do seu limite máximo, as despesas com passivos financeiros aumentaram e o serviço de dívida aumentou também tudo isto justificado por um empréstimo de curto prazo. -----

Nesta leitura, ainda mais impressionante é a variação do total da dívida de terceiros que acresceu de 145 mil euros para 662 mil euros. Para a contribuição do acréscimo desta dívida contribuiu significativamente a aquisição do edifício dos Monfortinos, cujo pagamento se irá processar ao longo de 10 anos e comprometerá investimentos futuros e mais urgentes. -----

Para terminar esta análise, um apontamento muito preocupante é o facto do prazo médio de pagamento expresso em dias ter passado de cerca de 3 meses para cerca de 5 meses. Disse”

= **ÂNGELA MARIA GASPAS DA SILVA PEREIRA MARQUES**, em nome do Grupo Municipal Social Democrata, apresentou a seguinte declaração: “Foi-nos dado apreciar o «Relatório de Gestão e Prestação de Contas do Município referentes ao ano económico de 2005». -----

O ano transacto foi um ano com algumas particularidades que, directa ou indirectamente, influenciaram os resultados agora apresentados, nomeadamente refira-se: -----

- O agravamento da conjuntura económica nacional e da área euro; -----
- O último ano de um ciclo autárquico e a existência de eleições com a consequente alteração dos Órgãos Municipais; -----
- Algumas decisões a nível central que implicaram acréscimo de custos para o município, como por exemplo o ensino de inglês no 3º e 4º ano do primeiro ciclo do ensino básico, ou o aumento de impostos, designadamente do IVA. -----

Apesar da conjuntura, é de registar o aumento das receitas correntes em cerca de 18%, que por sua vez foram superiores às despesas correntes. Assim, existiu um superavit corrente, superior a 3,2 milhões de euros, o que representou um acréscimo de 27% face ao valor ocorrido no exercício anterior. Registou-se também um aumento da despesa corrente em cerca de 16% relativamente ao ano anterior, mas tal facto era expectável face ao acréscimo de custos ligados aos novos equipamentos colocados ao dispor da população. Estamos certos

que, nalguns casos, com as «afinações» necessárias de alguns consumos afectos a esses equipamentos, estes serão com toda a certeza reduzidos. -----

Como já foi referido, o ano de 2005 pautou-se por terem sido colocados ao dispor dos munícipes uma série de investimentos que influenciarão positivamente a sua qualidade de vida.

É ainda de referir e de nos congratularmos com o facto de o nosso município ser uma das cinco autarquias do país que volta a não exceder a sua capacidade de endividamento. Note-se que, caso não se encontrassem em suspenso os limites previstos na Lei das Finanças Locais, o município apenas teria utilizado 43% da sua capacidade de endividamento. -----

À parte as opções de investimento que foram feitas e executadas, estamos aqui para nos pronunciarmos sobre a fiabilidade dos documentos económicos e financeiros que aqui nos são apresentados, e estamos certos de que estes espelham a situação actual do município pelo que, entende o Grupo do PSD votá-los favoravelmente.” -----

----- **Não se verificando qualquer outro pedido de intervenção, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu, de imediato, a proposta a votação do plenário, tendo a mesma sido aprovada por maioria com cinco abstenções do PS e um voto contra da CDU.** --- -----

----- Seguidamente foram apresentadas as seguintes declarações de voto por parte dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **JOSÉ AUGUSTO DIAS DOS REIS**, em nome do Grupo Municipal do Partido Socialista, apresentou a seguinte declaração de voto: “Os documentos relativos ao exercício camarário de 2005 foram entregues a este Grupo Municipal para os analisar e nos pronunciarmos sobre o seu conteúdo. -----

Tratam-se de documentos tecnicamente bem elaborados e possuidores de muita informação relevante para o exercício de qualquer análise. -----

Todavia, as 143 páginas que compõem o Relatório de Gestão somadas às 368 páginas do documento relativa à Prestação de Contas, tornam-se incomportáveis para uma séria e correcta análise da informação descrita nestes documentos. A estes deverá ainda ser complementada a necessária análise às contas das Empresas Municipais. -----

Os deputados municipais são na sua esmagadora maioria pessoas que possuem uma vida profissional bastante intensa e preenchida, pelo que o tempo necessário para analisar teria que obrigatoriamente ser maior. Por forma a melhorar as leituras e interpretações sobre tão importantes documentos, não queríamos deixar de apelar para que se melhorem os «timing's» entre a disponibilidade dos referidos elementos e o momento do seu debate. -----

Apesar destes constrangimentos, podemos no entanto retirar algumas ilações sobre o exercício que findou a 31 de Dezembro de 2005: -----

- Assistiu-se a um crescimento das receitas globais do Município em cerca de 10%, com destaque para algumas receitas como o IMI, com uma variação positiva em mais de 22%, o Imposto Municipal sobre Veículos com mais 50% relativamente a 2004, e destaque também para o IMT, tendo este evoluído favoravelmente 30%; -----

- Por sua vez, a Despesa cresceu 9,84%, valor inferior ao crescimento das receitas. Contudo, regista-se que o comportamento deste agregado teve uma influência muito mais significativa ao nível das Despesas Correntes, com um aumento de 16%, contra um aumento bem mais moderado das Despesas de Capital, cerca de 6%. -----

- Embora as contas da CMO continuem a reflectir uma estrutura financeira equilibrada, assistiu-se em 2005 ao agravamento de alguns indicadores de gestão que interessa enumerar. O ano de 2005 teve a particularidade de ser um ano de eleições autárquicas, e por razões meramente de estratégia político-partidária, assistimos à realização de obras feitas à pressa e por conseguinte, de possível menor rigor no controlo orçamental. Pela a análise efectuada facilmente podemos concluir que algumas rubricas dos PPI e das GOP's foram inflacionadas para servir esse propósito. -----

Esta falta de rigor levou o executivo camarário a propor um orçamento rectificativo, inscrevendo receitas e despesas no valor de 4.900.000€. Agora, podemos consubstanciar a aleatoriedade de algumas verbas inscritas na altura, pois, a título de exemplo, as receitas de Derrama previstas no orçamento inicial foram acrescidas no rectificativo com mais 250.000€ e o que veio efectivamente a verificar-se, foi a cobrança de cerca de 924 mil Euros, abaixo do próprio valor inicialmente inscrito no orçamento de 2005. -----

Assim, pela análise aos elementos contabilísticos, não nos é muito difícil encontrar o resultado de alguma desgovernança provocada por esse efeito: para além do aumento do passivo em

cerca de 7 milhões de Euros, as contas reflectem um agravamento dos indicadores de liquidez, resultando na degradação do Fundo de Maneio, apresentando a 31 de Dezembro valores extremamente negativos, cerca de 11 milhões de €, mais 2 milhões do que em 2004. perante este cenário, poderá o Município entrar numa situação de incumprimento perante os seus credores, assistindo-se, a prazo, à incapacidade da Câmara honrar os seus compromissos com os fornecedores/credores. É na nossa opinião motivo de preocupação o facto do prazo médio de pagamento aos fornecedores passar de 109 para 156 dias. -----

Embora sabendo da existência de alguma margem na capacidade de endividamento, certo porém é que quanto mais se recorrer ao endividamento oneroso maiores são os valores de juros e encargos pagos às instituições de crédito agravando a conta de exploração e capacidade de autofinanciamento do nosso Município. -----

Reconhecemos que o executivo cumpriu com a realização de obras e algumas delas de grande interesse para as populações, contudo, o forte despesismo registado neste ano tem como consequência o agravamento de desequilíbrios que obrigarão a Câmara a recorrer a mais endividamento ou diminuir drasticamente os níveis de investimentos nestes primeiros anos do novo executivo. -----

Este Grupo Municipal opta pela abstenção tendo em consideração os seguintes motivos: -----

1 – A reduzida participação na análise do Plano de Actividades que deu origem aos documentos em apreciação. -----

2 – O tempo, manifestamente curto para analisar os documentos, os quais carecem do máximo de rigor tendo em conta que estamos a tratar com o dinheiro dos contribuintes.” -----

= **MARIA CELESTE GONÇALVES HENRIQUES**, em nome do Grupo Municipal Democrata Cristão, apresentou a seguinte declaração de voto: “A apresentação das contas revela um assinalável trabalho de compilação e tratamento de dados por forma a transmitir o trabalho realizado pelo órgão durante o ano de 2005. -----

No entanto gostaríamos de salientar os seguintes pontos: -----

- O prazo médio de Pagamentos aumentou 46 dias, particularmente nos fornecedores o que nos leva a questionar se efectivamente a Câmara também está a contribuir para aumentar as dificuldades de tesouraria dos fornecedores ou será que, sendo os prazos de pagamentos comentados entre os fornecedores, será que a margem aplicada e praticada pelos

fornecedores já contem uma «almofada» por forma a fazer face aos constrangimentos financeiros? -----

Existem pagamentos de juros de mora aos fornecedores? -----

- As contas revelam um fundo de maneo negativo de 11.000.000 Euros, como prevê a Câmara fazer face aos compromissos de curto prazo? -----

- Na pág. 122 no mapa das condições económicas denota-se uma deterioração da maior parte dos indicadores salvaguardando eventualmente algumas situações de comparabilidade dos dados. -----

- Nos Documentos de Prestação de Contas relativo às Modificações Orçamentais 14, 15 e 16 sugerimos a elaboração de um mapa resumo por rubrica, mencionando a dotação inicial a dotações corrigidas bem como o financiamento definitivo corrigido, por forma a facilitar e a tornar mais célere a análise dos valores aprovados executados. -----

Na pág. 155 dos Documentos de Prestação de contas, «Imobilizado Inventariado em 2005 – Acréscimos ao Inventário» -----

Existem bens no valor de 75€ que são individualizados, pelo que julgamos que se poderia mencionar mesmo que de forma resumida e em subtítulos os diversos bens que compõem a rubrica 453 que perfazem mais de 104.000.000 Euros. -----

- Na pág. 157 no quadro de Demonstração de resultados extraordinários a conta 794 – ganhos em Imobilizados está com valor negativo, talvez aquele montante devesse constar na conta 694.” -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

02.02 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL RELATIVA À «ALTERAÇÃO AO QUADRO DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL», NOS TERMOS DA ALÍNEA O), DO N.º2, DO ART.º 53º, DA LEI N.º169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI N.º5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO – (GRELHA A).

----- Foi remetida, pelo Município, através do ofício número sete mil cento e oitenta e três, datado de dezassete de Abril, do ano dois mil e seis, cópia da deliberação camarária tomada

em reunião realizada naquele mesmo dia, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos legais acima citados, apreciação e votação da proposta de alteração do Quadro de Pessoal, conforme consta da proposta datada de seis de Março findo, apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara em reunião camarária: “ Na sequência do meu despacho 13/2005 e pretendendo retomar um processo que ficou suspenso por deliberação de Câmara de 08.08.2005, proponho a criação dos seguintes lugares no quadro de pessoal deste Município: -

- Um lugar de Técnico Superior de Comunicação Social e Cultural – Estagiário; -----
- Um lugar de Técnico Profissional de Higiene e Segurança no Trabalho; -----
- Um lugar de Técnico Superior de Geologia – Estagiário; -----
- Um lugar de Técnico Superior de Engenharia Florestal – Estagiário; -----
- Um lugar de Especialista de Informática – Estagiário; -----
- Um lugar de Técnico Profissional de segunda Classe – Medidor Orçamentista; -----
- Um lugar de Técnico Superior de Engenharia do Território – Estagiário; -----
- Um lugar de Técnico Superior Urbanista – Estagiário; -----

E ainda, aditados ao quadro de pessoal: -----

- Dois lugares de Técnico Superior de Arquitectura – Estagiário; -----
- Dois lugares de Técnico Superior de Economia ou Gestão de Empresas – Estagiário.” -----

----- **Aberto o período de pedido de esclarecimentos e não se registando qualquer pedido de intervenção, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu, de imediato, a proposta a votação do plenário, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com um voto contra da CDU e cinco abstenções do PS.** -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

02.03 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL PARA PROCEDER À «DOAÇÃO DO TERRENO DO LOTEAMENTO DA DR.^a BRANCA – MAXIAIS, VALE – NOSSA SENHORA DA PIEDADE AO JARDIM INFANTIL DE OURÉM», NOS TERMOS DA ALÍNEA I), DO N.º2, DO ART.º53º, DA LEI N.º169/99, DE 18 DE

SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI N.º5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO – (GRELHA A). -----

----- Foi remetida, pelo Município, através do ofício número seis mil e quarenta e oito, datado de trinta de Março, do ano dois mil e seis, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a vinte de Março daquele mesmo ano, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos legais acima citados, autorização para proceder à doação no valor de trezentos e cinquenta e nove mil novecentos e cinquenta euros (359.950,00€) de um terreno para construção, sito em Maxiais – Vale, com a área de sete mil quinhentos e setenta e sete metros quadrados e oitenta centímetros (7 577.80m²), confrontar a Norte e Sul com estrada, a Nascente com Manuel Agostinho Silveiro e Outros, a Poente com Manuel Pereira Ferraz, inscrito na matriz predial urbana, sob o artigo três mil seiscentos e dois (3602), da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade e descrito na Conservatória do Registo Predial de Ourém sob o número três mil seiscentos e sessenta e três da mesma Freguesia. -----

----- **Aberto o período de pedido de esclarecimentos e não se registando qualquer pedido de intervenção, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu, de imediato, a proposta a votação do plenário, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.** -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

02.04 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL RELATIVA À «ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA SRU – SOCIEDADE DE REABILITAÇÃO URBANA DE COVA DA IRIA, E.M. – (GRELHA A). -----

----- Foi remetida, pelo Município, através do ofício número sete mil cento e oitenta e cinco, datado de dezassete de Abril, do ano dois mil e seis, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada naquela mesma data, solicitando, a este órgão deliberativo a apreciação e votação da proposta de redacção do número um, do artigo quarto dos Estatutos da SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana da Cova da Iria, E.M., conforme se passa a transcrever «A

SRU tem por objectivo promover a reabilitação urbana da área declarada crítica de recuperação e reconversão urbanística da Cova da Iria, do Município de Ourém, delimitada geograficamente na planta anexa aos presentes estatutos, dos quais faz parte integrante». -----

----- **Aberto o período de pedido de esclarecimentos e não se registando qualquer pedido de intervenção, o plenário deliberou aprovar por unanimidade a redacção proposta para o número um, do artigo quarto dos Estatutos da SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana da Cova da Iria, E.M..** -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

02.05 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL RELATIVA AO «PROGRAMA FINANCEIRO DE APOIO À BENEFICIAÇÃO DO MERCADO DE FÁTIMA» – (GRELHA A). -----

----- Foi remetida, pelo Município, através do ofício número sete mil cento e quarenta e nove, datado de dezassete de Abril, do ano dois mil e seis, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a dez de Abril daquele mesmo ano, solicitando, a este órgão deliberativo a apreciação e aprovação do programa de financiamento conforme consta da proposta datada de quatro de Abril do ano em curso, apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara, e que a seguir se reproduz: “O Mercado de Fátima foi alvo de uma intervenção de vulto, tendo a obra em questão sido inaugurada em Janeiro último. -----

No ano transacto, e de acordo com os valores previstos nas Grandes Opções do Plano Plurianual de Investimentos, foi transferido um total de 150.000€ para apoio desta beneficiação. Importa estabelecer exactamente qual o apoio do município à obra em questão. -----

Assim, e segundo informação da Junta de Freguesia de Fátima, a empreitada foi adjudicada por um valor de 750.918,97€, entendendo ser esta a base do apoio. -----

Julgo ainda que o financiamento municipal para esta obra deveria atingir 80% do montante acima referido, o que se traduz num apoio de 600.735,18€. -----

Para o presente ano, encontra-se previsto nas Grandes Opções do Plano Plurianual de Investimentos um valor de 100.000€ para o edifício em questão. -----

Assim sendo, proponho o seguinte faseamento e apoio à beneficiação do Mercado de Fátima: -

	2005*	2006	2007	Total
Mercado de Fátima	150.000€	100.000€	350.735,18€	600735,18€

* montante pago.” -----

----- **Aberto o período de pedido de esclarecimentos e não se registando qualquer pedido de intervenção, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu, de imediato, a proposta a votação do plenário, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.** -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

02.06 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL RELATIVA À EMISSÃO DE «DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL DO PROJECTO DE BENEFICIAÇÃO DOS REGADIOS TRADICIONAIS NA RIBEIRA DO OLIVAL – 5ª FASE (VÁRZEA DO OLIVAL – OURÉM)» – (GRELHA A). -----

----- Foi remetida, pelo Município, através do ofício número sete mil cento e oitenta e quatro, datado de dezassete de Abril, do ano dois mil e seis, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada naquela mesma data, solicitando, a este órgão deliberativo a emissão de declaração de interesse público municipal sobre a localização e o projecto da obra referida em epígrafe, conforme pedido formulado pela JAGRO – Junta de Agricultores de Rega da Ribeira do Olival – (**ver processo devidamente arquivado no gabinete da Assembleia Municipal**). -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **Considerando tratar-se de um projecto de conclusão da obra de melhoria de Regadio Tradicional da Ribeira do Olival, iniciado há vários anos;** -----

Considerando também tratar-se de dar melhores condições aos agricultores para as culturas das várzeas da Ribeira; -----

Considerando ainda que não tem qualquer impacto negativo na área da Reserva Agrícola, o plenário entendeu aprovar a proposta por unanimidade. -----

----- Seguidamente, solicitando a palavra, o Presidente de Junta de Freguesia de Rio de Couros, senhor **MANUEL LOURENÇO DIAS** salientou que estas obras não só beneficiarão a Freguesia do Olival como essencialmente as Freguesias de Caxarias e Rio de Couros. -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

02.07 – TOMADA DE CONHECIMENTO DO «RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE 2005, DA MECIAGOLFE – EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS, S.A.», NOS TERMOS DA ALÍNEA D), DO N.º1, DO ART.º53º, DA LEI N.º169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI N.º5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO – (GRELHA A).

----- Foi remetida, pelo Município, através do ofício número seis mil oitocentos e vinte, datado de doze de Abril, do ano dois mil e seis, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a dez de Abril do ano em curso, dando conhecimento a este órgão deliberativo, nos termos acima citados, do teor dos documentos referidos em epígrafe – (**ver processo devidamente arquivado no gabinete da Assembleia Municipal**). -----

----- Para uma melhor análise, foi remetido antecipadamente um exemplar a cada um dos Representantes dos Grupos Municipais com assento nesta Assembleia Municipal. -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se verificou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **A Assembleia Municipal ficou inteirada.** -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

02.08 – TOMADA DE CONHECIMENTO DO «RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE 2005, DA SIMLIS – SANEAMENTO INTEGRADO DOS MUNICÍPIOS DO LIS, S.A.», NOS TERMOS DA ALÍNEA D), DO N.º1, DO ART.º53º, DA LEI N.º169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI N.º5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO – (GRELHA A). -----

----- Foi remetida, pelo Município, através do ofício número seis mil e quarenta e sete, datado de trinta de Março, do ano dois mil e seis, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a vinte e sete de Março do ano em curso, dando conhecimento a este órgão deliberativo, nos termos acima citados, do teor dos documentos referidos em epígrafe – (**ver processo devidamente arquivado no gabinete da Assembleia Municipal**). -----

----- Para uma melhor análise, foi remetido antecipadamente um exemplar a cada um dos Representantes dos Grupos Municipais com assento nesta Assembleia Municipal. -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se verificou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **A Assembleia Municipal ficou inteirada.** -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

02.09 – TOMADA DE CONHECIMENTO DO «RELATÓRIO E CONTAS DE 2005, DA VALORLIS – VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, S.A.», NOS TERMOS DA ALÍNEA D), DO N.º1, DO ART.º53º, DA LEI N.º169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI N.º5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO – (GRELHA A). -----

----- Foi remetida, pelo Município, através do ofício número seis mil quatrocentos e noventa e um, datado de seis de Abril, do ano dois mil e seis, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a três de Abril do ano em curso, dando conhecimento a este órgão

deliberativo, nos termos acima citados, do teor dos documentos referidos em epígrafe – (**ver processo devidamente arquivado no gabinete da Assembleia Municipal**). -----

----- Para uma melhor análise, foi remetido antecipadamente um exemplar a cada um dos Representantes dos Grupos Municipais com assento nesta Assembleia Municipal. -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se verificou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **A Assembleia Municipal ficou inteirada.** -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

02.10 – TOMADA DE CONHECIMENTO DO «RELATÓRIO E CONTAS DE 2005, DA TAGUSGÁS – EMPRESA DE GÁS DO VALE DO TEJO, S.A.», NOS TERMOS DA ALÍNEA D), DO N.º1, DO ART.º53º, DA LEI N.º169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI N.º5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO – (GRELHA A).

----- Foi remetida, pelo Município, através do ofício número seis mil e quarenta e seis, datado de trinta de Março, do ano dois mil e seis, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a vinte e sete de Março do ano em curso, dando conhecimento a este órgão deliberativo, nos termos acima citados, do teor dos documentos referidos em epígrafe – (**ver processo devidamente arquivado no gabinete da Assembleia Municipal**). -----

----- Para uma melhor análise, foi remetido antecipadamente um exemplar a cada um dos Representantes dos Grupos Municipais com assento nesta Assembleia Municipal. -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se verificou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **A Assembleia Municipal ficou inteirada.** -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

02.11 – TOMADA DE CONHECIMENTO DO «RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE 2005, DA RIBACARNE – MATADOURO REGIONAL DO RIBATEJO NORTE, S.A.», NOS TERMOS DA ALÍNEA D), DO N.º1, DO ART.º53º, DA LEI N.º169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI N.º5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO – (GRELHA A). -----

----- Foi remetida, pelo Município, através do ofício número seis mil oitocentos e dezanove, datado de doze de Abril, do ano dois mil e seis, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a dez de Abril do ano em curso, dando conhecimento a este órgão deliberativo, nos termos acima citados, do teor dos documentos referidos em epígrafe – (**ver processo devidamente arquivado no gabinete da Assembleia Municipal**). -----

----- Para uma melhor análise, foi remetido antecipadamente um exemplar a cada um dos Representantes dos Grupos Municipais com assento nesta Assembleia Municipal. -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se verificou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **A Assembleia Municipal ficou inteirada.** -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

02.12 – TOMADA DE CONHECIMENTO DO «RELATÓRIO E CONTAS DE 2005 DA AMBIOURÉM – GESTÃO E MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS VERDES E INSERÇÃO, E.M.», NOS TERMOS DA ALÍNEA C), DO N.º1, DO ART.º53º, DA LEI N.º169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI N.º5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO – (GRELHA A). -----

----- Foi remetida, pelo Município, através do ofício número sete mil quinhentos e trinta e nove, datado de vinte e quatro de Abril, do ano dois mil e seis, cópia da deliberação camarária

tomada em reunião realizada naquela mesma data, dando conhecimento a este órgão deliberativo, nos termos acima citados, do teor dos documentos referidos em epígrafe – (**ver processo devidamente arquivado no gabinete da Assembleia Municipal**). -----

----- Para uma melhora análise dos documentos, foi remetido um exemplar a cada um dos membros constituintes do plenário. -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se verificou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **A Assembleia Municipal ficou inteirada.** -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

02.13 – TOMADA DE CONHECIMENTO DO «RELATÓRIO E CONTAS DE 2005 DA VEROURÉM – EMPRESA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO, E.M.», NOS TERMOS DA ALÍNEA C), DO N.º1, DO ART.º53º, DA LEI N.º169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI N.º5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO – (GRELHA A).

----- Foi remetida, pelo Município, através do ofício número sete mil quinhentos e quarenta, datado de vinte e quatro de Abril, do ano dois mil e seis, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada naquela mesma data, dando conhecimento a este órgão deliberativo, nos termos acima citados, do teor dos documentos referidos em epígrafe – (**ver processo devidamente arquivado no gabinete da Assembleia Municipal**). -----

----- Para uma melhora análise dos documentos, foi remetido um exemplar a cada um dos membros constituintes do plenário. -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se verificou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **A Assembleia Municipal ficou inteirada.** -----

----- Seguidamente, o membro da Assembleia Municipal, senhora **MARIA CELESTE GONÇALVES HENRIQUES**, em nome do Grupo Municipal Democrata Cristão, apresentou a seguinte declaração de voto: “Sendo uma bandeira do CDS/PP o investimento na educação como forma de aumento do capital humano; -----

Tendo em consideração que no compacto geral a despesa realizada em educação e na acção social nas GOP representa apenas 5% dos gastos totais, os quais ainda assim têm vindo a diminuir (ver página 87 do Relatório de Gestão da Câmara para o ano 2005). -----

Vimos questionar se não seria possível reduzir a comparticipação das famílias nas receitas dos Serviços de Apoio à Família, e ser solidário com as necessidades dos agregados familiares que são confrontados com grandes custos de educação. -----

Acresce o facto da actividade de Serviços de Apoio à família apresentar uma margem de contribuição positiva para a realização de resultados, e existirem entidades, sem fins lucrativos no concelho que prestam o mesmo apoio a preços mais baixos.” -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

02.14 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO.-----

-----A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, verificando a presença de público na sala, informou de que poderiam intervir, bastando, para o efeito, proceder à sua inscrição, não se tendo porém verificado qualquer pedido de intervenção. -----

----- Concluída a Ordem de Trabalhos desta sessão ordinária, a Senhora Presidente da Assembleia deu esta por encerrada, pelas vinte horas e cinquenta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente acta que, depois de aprovada, vai ser assinada pelos Senhores Presidente da Assembleia Municipal e Primeiro Secretário.-----

-----A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O PRIMEIRO SECRETÁRIO